

Alessandro Alves de Alencar Peixoto-Cap PM

Delso do Prado Mesquita Júnior-Cap PM

PADRONIZAÇÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA NA PMGO
PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DE DADOS

Artigo apresentado como requisito de avaliação final do Curso de Especialização de Gerenciamento em Segurança Pública, coordenado pela Diretoria de Ensino e Pesquisa/APM, sob orientação do instrutor CEL QOPM Antônio Elias.

Alessandro Alves de Alencar Peixoto-Cap PM
Delso do Prado Mesquita Júnior-Cap PM

PADRONIZAÇÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA NA PMGO
PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DE DADOS

Artigo apresentado e aprovado em ____/____/2.007

Professor orientador

Goiânia-Go, Novembro de 2007

PADRONIZAÇÃO DA ANÁLISE ESTATÍSTICA NA PMGO

PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DE DADOS

Alessandro Alves de Alencar Peixoto

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário
de Goiás – UNIGOIÁS ANHANGÜERA e
Capitão da Polícia Militar do Estado de Goiás

Delso do Prado Mesquita Júnior

Bacharel em Direito pela Universidade Católica
de Goiás e Capitão da Polícia Militar do Estado
de Goiás

"As coisas não passam pelo que são, mas pelo que
parecem. Raros são os que olham por dentro e
muitos os que se contentam com as aparências."

Baltazar Gracián, *A arte da prudência*, p.61.

RESUMO

É notório que a criminalidade é um grande problema que afeta a sociedade e a frágil estrutura da convivência em comunidade. O combate é feito por dois caminhos: Jurídico e Criminológico. Dentro da instituição Polícia Militar, o combate passa pela regra da prevenção. Isso, porém, não pode estar restrito a apenas a executoriedade do combate a criminalidade via normas penais. O caminho deve abranger o estudo da própria Criminologia, tocando diretamente nas causas, os agentes causadores, os meios e principalmente a delicada ligação que cada um têm entre si. Tudo isso, para buscar e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar as técnicas, mecanismos e estratégias no combate e prevenção do crime de forma eficiente e qualificada. Nesse aspecto, vale buscar informações, subsídios que possam fornecer aos órgãos do sistema

de Segurança Pública todos os dados necessários para concretizar com êxito a finalidade constitucional de cada um deles que é o combate à criminalidade em todos os seus gêneros. Ajustando-se, de acordo com os anseios da sociedade, os dados gerados são catalogados, registrados, observados e comparados com base na estatística. Esse conhecimento levara, fatalmente, á contribuição do bem-estar comum, culminando para a construção de uma sociedade ideal.

ABSTRATC

It is well known that the crime is a major problem that affects the society and the structure of the fragile coexistence in the community. The fighting is done by two ways: Legal and Criminológico. Inside the institution Military Police, the fight goes by the rule of prevention. This, however, can not be restricted to only the enforceability of fighting crime through criminal law. The path must include the study of Criminology own, touching directly on the causes, the causative agents, the media and especially the delicate link that each have between them. All this, and to look at the same time improve the techniques, mechanisms and strategies in combating and prevention of crime efficiently and qualified. In this respect, worth seeking information, which can provide subsidies for the national system of Public Security all data needed to successfully implement the constitutional purpose of each is to combat crime in all its genres. Adjusting themselves, according to the desires of society, the data generated are cataloged, recorded, observed and compared on the basis of statistics. This knowledge led, inevitably, will contribute to welfare policy, culminating in the construction of an ideal society.

INTRODUÇÃO

1. Conceitos gerais e específicos

1.1. Estatística

1.1.1. Conceito

Primeiramente, o termo estatística advém do latim como sendo *statisticum collegium*, significando também “palestra sobre os assuntos do Estado”, dando origem por sua vez a expressão italiana *statista*, que significa "homem de estado", ou político. Originou-se tambe a palavra de cunho alemã *Statistik*, que designa a análise de dados sobre o Estado. A palavra que deu origem às expressões foi proposta pela primeira vez no século XVII, em latim,

na Universidade de Lena pelo professor Schmeitzel e adotada pelo acadêmico alemão Godofredo Achenwall. Aparece como vocabulário na antiga Enciclopédia Britânica em 1797, e somente no início do século XX é que adquiriu um significado de coleta e classificação de dados.

A estatística é na verdade um estudo, parte de um conhecimento, e porque não dizer uma ciência, em que são colocadas em práticas as teorias da probabilidade, no intuito de se utilizar esses mecanismos para explicar eventos, estudos ou mesmo experimentos. O seu objetivo é colher, analisar e organizar todos os dados possíveis para determinar suas correlações, com margem a tirar as consequências prováveis dos episódios e assim, proporcionar a explicação do que se passou e a previsão do irá se passar, propondo ajuda na organização dos fatos futuros.

A estatística, no seu desenrolar desenvolve as habilidades do conhecimento humano, na sua prática, utilizando de dados, também, empíricos. Segundo os estudiosos, isso se chama teoria estatística e é um ramo da matemática aplicada. Aqui, tudo que é aleatório e provável e incerto, é moldado pela teoria estatística. Planejar, reunir dados, interpretá-los e, principalmente observa-los, é sem dúvida nenhuma praticar a estatística. Seguindo nesse caminho, iremos buscar a informação mais salutar, confiável e concreta com os dados obtidos pelo estudo, que possivelmente irão auxiliar numa decisão acertada. Encontra-se aqui uma característica do porque alguns autores afirmarem que a estatística faz parte da teoria da decisão.

Diante dos inúmeros e complexos significados que se pode dar à estatística, segundo o pesquisador Rao Presznhu, “é uma ciência que estuda e pesquisa sobre o levantamento de dados com a máxima quantidade de informação possível para um dado custo; o processamento de dados para a quantificação da quantidade de incerteza existente na resposta para um determinado problema; a tomada de decisões sob condições de incerteza, sob o menor risco possível.”.

E, como foi dito, ela auxilia no âmbito da pesquisa científica para ajudar na tentativa de diminuir custos, proporcionando o uso racional e inteligente de forças, com a qualidade das ações em primeiro plano. A estatística auxilia nesse caminho, proporciona a melhor maneira de se decidir sob qualquer aspecto, qualquer assunto de qualquer área que seja. Isso, claro, previamente embasado em estudos, coleta de dados, informações e, principalmente, observações de todos os dados coletados e seus resultados, vinculados com a realidade e ao fim proposto.

1.1.2. Dado

Utilizando-se a expressão “dado”, refere-se a um componente ou valor geralmente numérico. É o material bruto, primeiro da estatística e, no qual se aplica os seus métodos, representa a informação que foi recolhida de um fato ou acontecimento, com peso qualitativo ou quantitativo.

1.1.3. Estatística quantitativa

Inserida, aqui também, na ciência em estudo, remete-nos à idéia de quantidade, como o próprio nome diz. Quando a coleta de dados é de maneira quantitativa, e somente nesse sentido, seus resultados vão produzir números. Uma vez produzindo números, cria-se aqui a variável, no âmbito matemático, dando origem a estatística variável em que a conclusão final tem que ser baseada por este aspecto. Estudiosos como o próprio Rao Presznhu, dividem a estatística variável em variável discreta ou descontínua e variável contínua. A variável discreta ou descontínua é onde os valores são expressos geralmente através de números inteiros não negativos. Resulta normalmente de contagens, por exemplo, o nº de ocorrências de furto a veículos havidos na Praça Universitária no primeiro semestre de 2007. Já a variável contínua resulta normalmente de uma mensuração, e a escala numérica de seus possíveis valores corresponde ao conjunto $\mathbb{R}$ dos números Reais, ou seja, podem assumir, teoricamente, qualquer valor entre dois limites, por exemplo, quando há o estabelecimento de metas a serem seguidas pelos Comandos Regionais e/ou de OPM acerca de determinada modalidade criminosa.

1.1.4. Estatística qualitativa

Inseria na ciência, aqui se obtém os caracteres dito especiais que definem, muitas vezes os parâmetros específicos dos resultados. Os valores são expressos em atributos e onde proporciona configuração precisa a determinada citação, como por exemplo na pesquisa de crimes de estupro, delimita a região, a cor da pele do possível perpetrador, altura, seu modus operandi, etc.

1.2. Criminologia

1.2.1. Conceito

Estuda sistematicamente o crime, levantando suas causas, efeitos e como se evolui no decorrer do tempo e, principalmente seus perpetradores. Aqui, a Criminologia é

citada devido ao fato de que a muito tempo deixou de ser apenas uma matéria de currículo universitário. Trata-se, a bem da verdade, de um campo vasto de estudo e, que afeta em “cheio” a sociedade como um todo por ter seu objeto como causador de dolorosas fontes de acontecimentos dos mais diversos aspectos e que leva a intermináveis inquirições e reflexões.

E quem é, no momento, que não está querendo as luzes de uma ciência que seja capaz de oferecer soluções, ou, pelo menos, explicar as causas da criminalidade, que é um problema crescente? Mas a Criminologia, justamente por ser uma ciência, e toda ciência há de passar por um processo de evolução, não pode indicar uma receita única nem consagrar uma fórmula geral e definitiva. Entre os especialistas, há muita discussão, notadamente quanto às causas. Seja lá como for, principalmente no âmbito da Segurança Pública ela foi e está em seu grande momento.

A Criminologia não pode ser considerada como uma ciência autônoma, ou uma ilha sem comunicação. Jamais!! Obrigatoriamente, quem utiliza-se dos estudos da Criminologia na estatística, deve se alicerçar em outras ciências onde proporciona um campo de ligação com os diversos ramos do conhecimento científico atual. Relaciona-se, antes de tudo, com o próprio Direito em si, por ser um aspecto que afeta a sociedade, causando seu desequilíbrio e, afetando a própria estrutura jurídica que se faz valer por vias necessárias.

1.2.2. Crime

Sucintamente, encontra-se aí a conduta chamada típica, antijurídica e culpável. Um comportamento humano voluntário, consciente e com uma finalidade presente no seu exercício.

1.2.3. Criminalidade

Não é um problema apenas dos grandes centros urbanos, pois também há violência e crime nas zonas rurais e menos populosas.

Notadamente, a incidência é maior e mais freqüente nas cidades de população mais concentrada, onde é mais forte a confluência de fatores predisponentes. E nenhum sistema de vigilância e defesa da pessoa humana consegue conter a impetuosidade do crime. Estamos diante de verdadeiro fenômeno de patologia social, sob este ponto de vista.

A sociedade tem o seu lado bom, nas manifestações de pureza, dignidade, amor ao próximo, mas tem as suas doenças, como nos organismos biológicos. E a criminalidade é uma dessas doenças.

Não se pode ter uma visão única do problema criminal. Os próprios mestres no assunto, pelo que se lê, estão divididos quanto aos fatores determinantes.

Se é verdade que nenhuma explicação daria, por si só, a chave da interpretação certa, não deixa de ser verdade, entretanto, que em todas elas, pelo menos em síntese, há observações válidas e, por isso mesmo, não podem ser desprezadas na consideração global do problema.

Na avaliação, porém, dos fatores sociais, que são atualmente dos mais sensíveis, está bem claro que a miséria (não propriamente a pobreza) concorre intensamente para a criminalidade. E a miséria material predispõe à miséria moral.

Um deles, constantemente proclamado, é a ignorância, e, com efeito, até certo ponto ela, a ignorância, contribui muito para o aumento de atos violentos. Mas o crime não é fruto exclusivo da ignorância. Quantos crimes, e crimes tenebrosos, estão ocorrendo constantemente entre elementos de países considerados "altamente civilizados"?!...

Nesta linha de idéias, podemos fazer uma verificação muito expressiva. O pensamento da Doutrina Espírita sobre esses problemas, que estão atormentando a Humanidade atual, foi expresso há mais de cem anos e, nada obstante, retrata o que está acontecendo hoje. Leia-se o comentário de Allan Kardec à questão 685 do mesmo livro já citado, tocando exatamente no desemprego como fator de convulsão social.

Reproduzamos o texto do Codificador:

"Dizer que o homem deve trabalhar não é dizer tudo. É preciso que aquele que tira a subsistência de seu trabalho, encontre em que ocupar-se. E isto nem sempre se dá. Quando se generaliza a falta de trabalho, o caso toma as proporções de um flagelo, como a fome." E não é a dura realidade do momento? Mas o Codificador vai mais longe quando afirma, no mesmo trecho o seguinte: "A ciência econômica procura o remédio no equilíbrio entre a produção e o consumo. Mas este equilíbrio, admitido que se tomasse possível, terá sempre intermitência e durante os intervalos os trabalhadores devem viver. Há um elemento

que não foi suficientemente considerado na balança e sem o qual a ciência econômica não passa de teoria: a educação".

Criminalidade e insanidade são termos muito próximos, tanto que esta última atenua a culpabilidade, pois o doente mental é um irresponsável.

Há outras visões do problema. Os chamados crimes de honra, por exemplo, sob o pretexto de lavar a honra com sangue, embora tenham sido incentivados muitas vezes pelo irracionalismo de uma personalidade doentia - podem estar vinculados, ainda que remotamente, a três fatores conjugados, a saber: preconceito, declínio social e defeito de educação.

2. A produção de informações na Polícia Militar de Goiás

2.1. Centro Integrado de Operações Estratégicas – CIOE

2.1.1. Histórico

No âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, foi com excelência, criado o CIOE- Centro Integrado de Operações Estratégicas. A sua finalidade é justamente concretizar o que muitos estudiosos dizem a respeito da estatística, “ uma fonte da teoria da decisão”, ou seja, auxiliar na tomada de decisões referentes a Segurança Pública. Com base nos dados, informações e observações colhidos dentre os vários setores da PMGO, o setor de estatística, cruza dados, releva outros, produzem probabilidades com o intuito de encaminhar a economia de recursos e, acima de tudo, proporcionar a função primeira da instituição que é a prevenção do crime, tão evidentemente citado neste artigo. Tem sua origem regulada por Lei:

“Art. 1º – O Centro Integrado de Operações Estratégicas (CIOE) criado pela Lei nº 14.050, de 21 de Dezembro de 2001, Publicada no DOE nº 18.814, de 26 de Dezembro de 2001 e no Boletim Geral nº 001, de 02 de Janeiro de 2002, subordina-se diretamente ao Subcomandante Geral e Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de Goiás, funcionando como órgão de assessoramento do Comando Geral, e encontra-se situado na Avenida Contorno, nº 879, Centro, Goiânia – Goiás, nas dependências do Quartel da Ajudância Geral.

Art. 2º – O CIOE é responsável pela coordenação das Estatísticas de todas as atividades operacionais desenvolvidas pela PMGO no âmbito do Estado

de Goiás de acordo com as diretrizes do alto comando da Corporação, além da construção e da manutenção do banco de dados da PMGO.”

Regimento Interno do Centro Integrado de Operações Estratégicas – CIOE, datado de 03 Set 07, onde se prevê uma completa estrutura de captação, coleta, estudos e divulgação de dados e análises criminais, tudo com vistas a subsidiar o Comando Geral da Corporação na busca da excelência na prestação de serviços no âmbito da Segurança Pública.

2.1.2. Função: produtor ou coletor de dados

No Centro Integrado de Operações Estratégicas – CIOE – há estudos registrados das naturezas de crimes mais comuns no Estado de Goiás, sendo coletados através dos CRPMs, e dentre todas as tipificações penais, são destacados os dez mais comuns: furto de veículo, roubo de veículo, furto a comércio, roubo a comércio, furto a pessoa, roubo a pessoa, tentativa de homicídio e homicídio, tendo sido desenvolvido um estudo aprofundado, observando-se todas as variáveis estatísticas para, ao final, produzir conhecimento subsidiário de ações de Comando.

A base de dados da Análise Criminal do CIOE foi a fonte dos delitos em estudo através de dados oriundos dos Comandos Regionais da Polícia Militar. Os dados discriminados como não informados ou ignorados não foram excluídos.

Ao observarmos os dados nos gráficos e na tabela abaixo dispostas, nota-se que dentro das 10 (dez) naturezas apresentadas é a variação quantitativa das modalidades criminais estudadas, observa-se que há disparidade vultosa no crime de furto a residência, entretanto, de maneira sábia, o Comando Geral da Corporação, objetivando o aprendizado na estatística e análise criminal, determinou, e houve cumprimento, que se realizasse o estudo aprofundado para a proteção do maior bem que temos: a vida.

Desta maneira, o homicídio e a tentativa de homicídio foram desagregados por tipo de instrumento utilizado na prática do crime: com uso de arma de fogo e com uso de arma branca.

As variáveis explicativas da mortalidade por homicídio e tentativa de homicídio foram: características do autor e da vítima, tais como: idade, sexo, raça/cor e ainda grau de instrução nas seguintes modalidades: Não Alfabetizado, 1º Grau Incompleto, 1º Grau Completo, 2º Grau Incompleto, 2º Grau Completo, Superior Incompleto, Superior Completo, Pós-Graduação e PHD.

No uso da variável raça/cor foram consideradas as seguintes categorias: branca, negra, amarela, parda e indígena. A categoria negra é utilizada como resultado da soma das categorias de raça/cor preta e parda.

Ainda foram utilizados as seguintes variáveis: data da prática do crime, dia da semana, horário, modo de fuga utilizado pelo autor do delito, recinto onde o crime foi praticado, antecedentes criminais da vítima e do autor, motivo provável para a prática do delito e a provável relação da vítima com o autor do crime.

As variáveis explicativas do modo de fuga utilizado pelo autor do crime foram: moto, carro, a pé e bicicleta. O recinto onde o crime foi praticado foi desagregado em: Agência Bancária, Agência dos Correios, Agência Lotérica, Bar, Drogaria, Estabelecimento de Ensino, Lote Baldio, Mata, Órgãos Públicos, Outros Estabelecimentos Comerciais, Posto de Combustível, Residência, Supermercado e Via Pública.

As variáveis explicativas para os antecedentes criminais do autor e da vítima foram as seguintes: com pendência, regular e sem pendência. O motivo provável existente entre autor e vítima foi desagregado da seguinte maneira: Passional, Torpe, Acerto de Contas, Rixa, Ciúme, Discussão e Sem Motivo Aparente. A relação da vítima com o autor do crime foi desagregada da seguinte maneira: Desconhecidos, Conhecidos, Parentes, Amigos, Cônjuge, Namorados, Amantes, Ex-Cônjuge e Ex-Namorados.

Os mapas adotados na análise foram de autoria técnica da Polícia Militar com o uso de Geoprocessamento e tecnologias adequadas.

Não resta dúvidas de que a vida é nosso maior patrimônio, e, o crime de furto a residência um dos nossos maiores problemas. Assim disposto, necessário se faz que haja estudo idêntico para tal modalidade de crime contra o patrimônio.

Ter-se-ia, assim, a determinação legal de polícia ostensiva que visa à incolumidade das pessoas e do patrimônio alcançada com a utilização adequada dos meios operacionais de prevenção.

Utilizando-se da ferramenta de produção de conhecimento denominada *Análise Criminal*, a Polícia Militar de nosso Estado, e dos demais entes federados, serviriam com muito mais economia de recursos à população que tanto anseia por segurança, e, não por “sensação de segurança”.

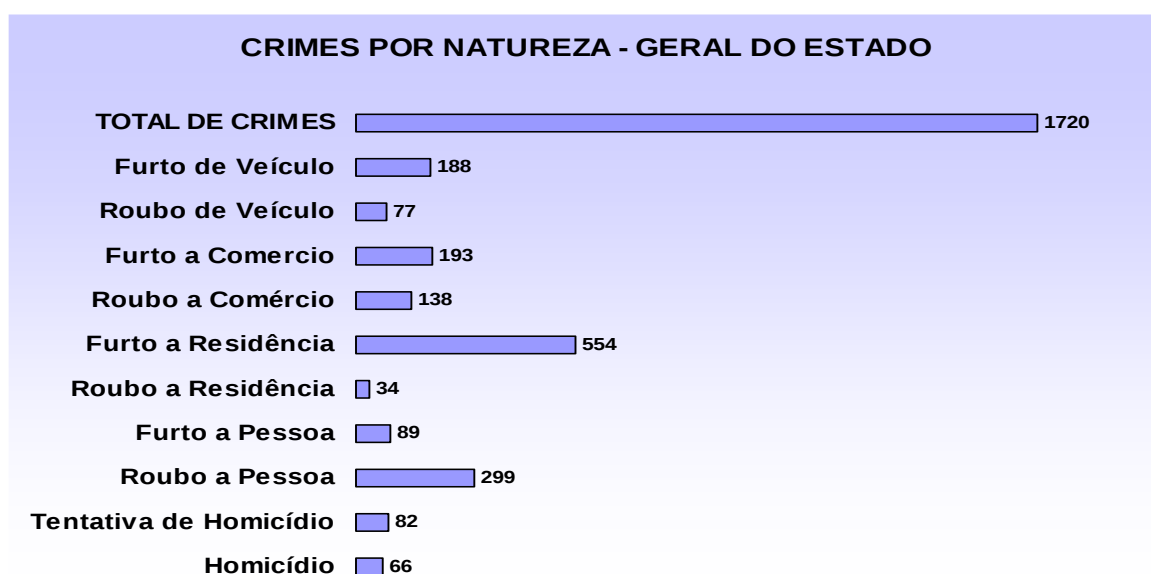
Abaixo podemos visualizar os dados elencados para mera ilustração.

Gráfico 1 – Distribuição da Criminalidade em Goiás referente ao mês de Julho de 2007.



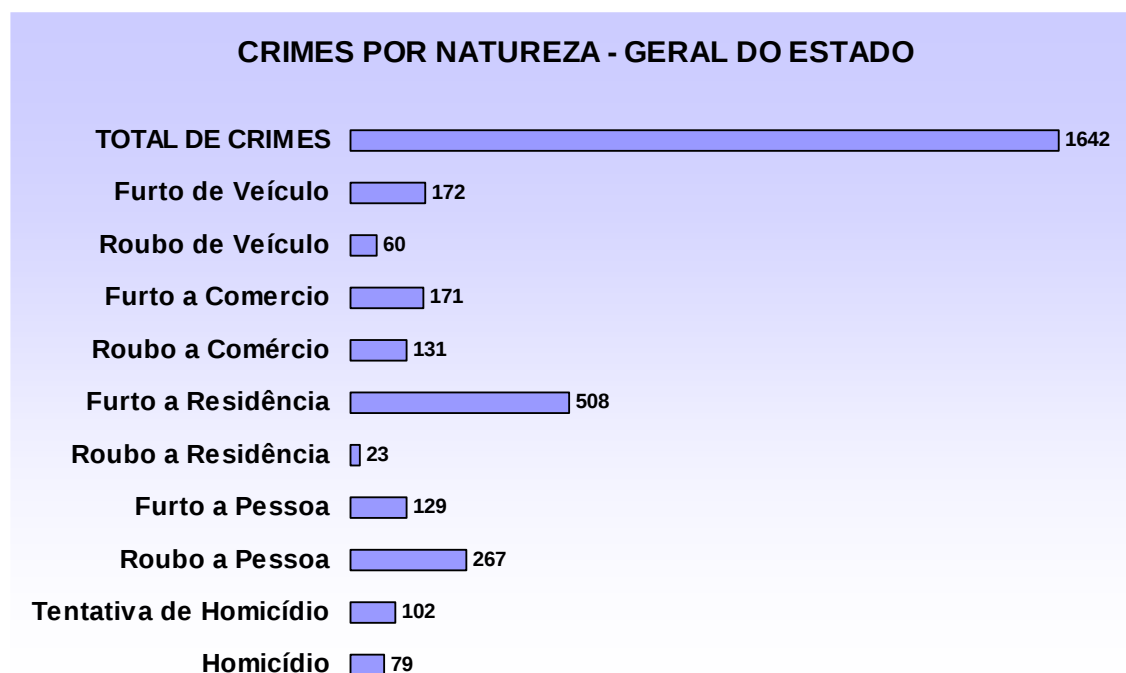
Fonte: CIOE/PMGO

Gráfico 2 – Distribuição da Criminalidade em Goiás referente ao mês de Agosto de 2007.



Fonte: CIOE/PMGO

Gráfico 3 – Distribuição da Criminalidade em Goiás referente ao mês de Setembro de 2007.



Fonte: CIOE/PMGO

3. Análise estatística criminal

A tentativa de identificar "modelos estáveis de causalidade" nas expressões fáticas do fenômeno da violência e da criminalidade (em suas "ocorrências", principalmente) tem sido objeto de estudo de várias disciplinas ao longo da história das ciências sociais, entre outras, a criminologia e a chamada "antropologia da violência".

Desde muito tempo, ainda nos pródromos da formulação das bases teórico-conceituais que culminaram com o estabelecimento da disciplina da moderna "Sociologia Criminal", no Século XX, estudiosos já se ocupavam de tentar explicar as origens da violência e da criminalidade, caso de Beccaria (1738-1794) e Bentham (1748-1832), sob a égide da chamada "Teoria da Natureza Humana".

Hodiernamente, o que existe é a incorporação dos conhecimentos da Criminologia a uma área acadêmica relativamente recente, a chamada "Justiça Criminal". Tal disciplina é hoje um continente de convergência das teorias clássicas acadêmicas e formulações da "Ciência Policial", disciplina gestada sob as experiências práticas, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA), na administração da segurança pública nos últimos dois séculos.

A moderna Justiça criminal vem buscando, em seu viés do ambiente conceitual da "Administração Pública", identificar novas "tecnologias do conhecimento" capazes de instrumentar uma gestão da segurança pública motivada por políticas, métodos e processos científicos de produção de conhecimento, cuja influência prática e objetiva estaria refletida na própria operação do sistema de segurança pública, aí incluídos os órgãos policiais, caso das polícias civis e militares do Brasil.

A Análise Criminal é parte essencial de tudo isso. E é oportuno enfatizar que não se deve confundi-la com as atividades tradicionalmente realizadas pela chamada "análise de inteligência", de cunho militar ou político (a segunda acepção com forte conotação negativa na atualidade). Enquanto a primeira é predominantemente, científica, acadêmica e metodológica, com aplicação direta na "gestão científica da segurança pública", a segunda caracteriza-se, entre outros fatores, pela busca do chamado "dado negado". Ao contrário, a análise criminal é realizada com base em registros públicos, ou "quase públicos" (em função da proteção dos nomes de vítimas de delitos) de ocorrências policiais, ou por intermédio dos dados produzidos por pesquisas amostrais, por isso mesmo desvinculados do secretismo que caracteriza a análise e inteligência em seu viés militar.

Remontando à história da "inteligência policial", foi no final de década de 1920, através da Associação Internacional de Chefes de Polícia [International Association of Chiefs of Police (IACP)], que os chefes de polícia e xerifes de instituições policiais norte-americanas propuseram a criação do que veio a tornar-se o verdadeiro "pilar" para a formulação da moderna doutrina de análise criminal: grandes bases administrativas de dados agregados nacionalmente acerca da criminalidade. Tais bases de dados teriam grande abrangência, não só territorial, mas também "histórica", cobrindo vários anos, no que veio a chamar-se, nos EUA, de "Uniform Crime Report System" [Sistema de Relatórios Padronizados da Criminalidade (UCRS)].

O UCRS, administrado pelo Governo Federal dos EUA, por força de lei, passou a ficar sob a responsabilidade direta do "Federal Bureau of Investigation" (FBI), órgão subordinado ao que equivaleria, no Brasil, ao Ministério da Justiça. A metodologia de produção de conhecimento criminológico, através desse instrumento, implica na coleta e análise de dados acerca de dois grandes grupos de ocorrências criminais notificadas aos órgãos policiais:

- a. Envolvendo delitos contra a pessoa

b. Incluindo delitos contra o patrimônio.

Tal "padronização nacional" permite hoje a existência de uma "linguagem universal" na gestão do conhecimento criminológico (tendências e padrões da criminalidade) com impacto nas pequenas unidades federativas norte-americanas (condados e municípios), o que vem a estender-se também a cada um dos entes federativos estaduais para, finalmente, materializar-se num relatório nacional chamado "Crime in America" (Crime na América).

A atual "tecnologia do conhecimento criminológico", elaborada a partir de dados produzidos pelo UCRS nos EUA, está hoje incorporada ao acervo formal do conhecimento acadêmico, com os produtos/relatórios do sistema UCR sendo custodiados pela renomada Universidade de Michigan, instituição que os disponibiliza, abertamente, aos mais diversos tipos de estudos e pesquisas de organizações públicas e não-governamentais. Tal situação tem implicações, também, na "modelagem" de formulações globais acerca do crime e da violência, na medida em que tal "tecnologia do conhecimento", por sua padronização, abrangência e continuidade histórica, assegura um mínimo aceitável de validade e confiabilidade em relação às conclusões de estudos epidemiológicas da criminalidade global e da cada um dos países da comunidade internacional que adotam tal tecnologia. Assim, a "tecnologia UCR" não somente "informa" os sistemas de produção nacional de conhecimento sobre o crime em diversos países individualmente, mas também dá corpo à metodologia dos Relatórios Globais sobre Crime e Justiça atualmente elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2001, no momento em que várias secretarias de segurança pública se lançam à tarefa de buscar construir as bases de sua modernidade, através da gestão científica da segurança pública, talvez seja oportuno enumerar alguns conceitos básicos da hodierna análise criminal, tudo isso com base em métodos, técnicas e processos direta ou indiretamente relacionados à tecnologia UCR desenvolvida pelos norte-americanos.

É parte do acervo histórico de conhecimentos criminológicos acumulados e advindos de diferentes disciplinas o entendimento de que alguns fatores pareceriam afetar, "tipicamente", o volume e o tipo de crime que ocorre num determinado lugar: seriam eles os chamados "fatores condicionantes do crime e da criminalidade". Com base em informações produzidas a partir de dados contidos no sistema "UCR", é possível identificar fatores condicionantes do crime e da criminalidade.

3.1. Fatores condicionantes do crime e da criminalidade

3.1.1. Densidade populacional e grau de urbanização local, bem como o tamanho da comunidade e de suas áreas adjacentes;

3.1.2. Variação na composição do contingente populacional local, particularmente quanto à prevalência de estratos populacionais jovens e de indivíduos do sexo masculino;

3.1.3. Estabilidade da população no que concerne a mobilidade de residentes locais da comunidade, seus padrões diários de deslocamento e presença de população transitória ou de não-residentes;

3.1.4. Meios de transporte localmente disponíveis e sistema viário local;

3.1.5. Condições econômicas, incluindo renda média, nível de pobreza e disponibilidade de postos de trabalho;

3.1.6. Aspectos culturais, educacionais, religiosos e oportunidades de lazer e entretenimento;

3.1.7. Condições da matriz social nuclear, no que concerne o divórcio e coesão do grupo familiar;

3.1.8. Clima local;

3.1.9. Efetividade das instituições policiais locais;

3.1.10. Ênfase diferenciada das polícias locais nas funções operacionais e administrativas da instituição;

3.1.11. Políticas, métodos e processos de funcionamento das outras instituições que dão corpo ao sistema de justiça criminal, incluindo o Ministério Público, Poder Judiciário e Autoridade Prisional;

3.1.12. Atitudes da cidadania em relação ao crime;

3.1.13. Práticas prevalentes de notificação de delitos ocorridos às autoridades policiais.

Conhecidos os fatores condicionantes do crime e da criminalidade, produzidos e/ou confirmados a partir da "tecnologia UCR", é hora de saltar para os aspectos específicos da chamada "Análise Criminal".

3.2. Análise criminal

É um processo analítico e sistemático de produção de conhecimento, orientado segundo os princípios da pertinência e da oportunidade, sendo realizado a partir do estabelecimento de correlações entre conjuntos de fatos delituosos ocorridos ("ocorrências policiais") e os padrões e tendências da "história" da criminalidade de um determinado local ou região. Sempre que possível, as atividades de análise devem buscar englobar, territorialmente, locais ou regiões dos quais estejam disponíveis, também, indicadores demográficos e sócio-econômicos, de tal sorte que a criminalidade possa ser contextualizada. No caso brasileiro, é importante ter em conta a produção de dados locais disponibilizada pelo "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" (IBGE).

A análise criminal serve o propósito de apoiar as áreas operacional e da gestão administrativa das organizações policiais, orientando o planejamento e emprego de recursos humanos e materiais no sentido da prevenção e repressão do fenômeno da criminalidade e da violência.

A análise criminal contribui de maneira objetiva para as atividades de investigação, prisão de delinquentes, esclarecimento de crimes e, obviamente, prevenção criminal.

No contexto acima descrito, a análise criminal orienta várias funções gerais das organizações policiais, incluindo a gestão dos recursos tático-operacionais (sua distribuição espaço-temporal, entre outros aspectos...), realização de operações especiais, atividades de investigação, bem como planejamento e orçamento.

3.2.1. Tipos de análise criminal

3.2.1.1. Análise Criminal Tática

São processos analíticos de produção de conhecimento em suporte às atividades policiais operacionais (policiamento ostensivo e investigação), visando subsidiar

pronta-resposta das autoridades policiais às ocorrências criminais surgidas num determinado momento e lugar.

As informações assim produzidas são instrumentais no apoio aos elementos operacionais quanto à identificação de tendências criminais naquele *locus* espaço-temporal específico, devendo favorecer uma conseqüente e imediata prevenção e repressão ao crime.

O objetivo instrumental da análise criminal tática, portanto, é a identificação imediata de tendências (evolução quantitativa e distribuição espaço-temporal) e "padrões" da criminalidade (*modus operandi*), aí incluídas seqüências de baixa, média e alta freqüência de ocorrências, bem como pontos geográfico-espaciais de rápida acumulação de fatos delituosos ("pontos quentes").

Esse tipo de análise inclui a associação de dados relativos a ocorrências específicas com dados de grandes bases históricas das demais ocorrências policiais, visando a identificação de relações entre variáveis como, método, data-hora, local e instrumento(s) utilizado(s), entre outras possibilidades, no sentido da identificação e prisão de autores de delitos.

Visto de outra forma, através da identificação de aspectos específicos de ocorrências do fenômeno da criminalidade a análise tática produz indicações que podem levar a um rápido esclarecimento de casos/ocorrências, através da vinculação de um determinado indivíduo e respectivo *modus operandi* à autoria de um delito sendo investigado num dado momento.

3.2.1.2. Análise Criminal Estratégica

Está voltada para a resolução de problemas de longo alcance na gestão da segurança pública, partindo de "projeções de cenários" em que as premissas básicas indicam diferenciação qualitativa e/ou aumento ou diminuição da criminalidade futura (padrões e tendências).

A análise criminal estratégica inclui a preparação de sumários de estatística criminal, bem como a realização de estudos e elaboração de planos para a identificação e aquisição de recursos futuros para a gestão.

Também pode ser colocado que esse tipo análise está voltada para a formulação de estratégias operacionais na busca de soluções para problemas gerais de natureza corrente. Assim, produzirá informações para a alocação de recursos institucionais, incluindo a configuração das áreas físicas de atividade policial e dias e horários do emprego da força policial. Busca também identificar atividades criminais fora do padrão comum de ocorrências, e/ou com frequência inferior ou superior ao valores usuais, e/ou consumadas em tempos diversos da sua distribuição sazonal regular.

Assim, a análise estratégica pode identificar condições anômalas na segurança pública, possibilitando um redimensionamento da prestação de serviços policiais, otimizando sua efetividade e eficiência. Tais atributos ficam manifestos na redução ou supressão de problemas crônicos, contribuindo para o estabelecimento de políticas comunitárias e de resolução de problemas da gestão da segurança pública.

3.2.1.3. Análise Criminal Administrativa

Está focada nas atividades de produção de vários tipos de conhecimento, incluindo o econômico, geográfico, social e organizacional (policial), com a finalidade de instrumentar a gestão policial, a do executivo local e dos conselhos comunitários e grupos da sociedade organizada. Envolve projetos de longo alcance nas áreas financeira, política e legislativa. Sua produção é crucial para a gestão orçamentária, de pessoal e de relações públicas, sem esquecer questões relativas à vinculação da segurança pública local com o funcionamento do Poder Judiciário.

3.3. Por quem e como é realizada a análise criminal

Ao analista criminal cabem difíceis e intrincadas tarefas analíticas e estatísticas, incluindo: (i) a utilização de aplicativos de computação, (ii) a realização de amostragens estatísticas aleatórias, (iii) elaboração de análises e estudos de correlação e regressão e (iv) estudos probabilísticos.

3.3.1. Parte do trabalho do analista inclui as seguintes tarefas ocupacionais

Coleta e análise de dados para detecção de padrões de criminalidade; estabelecimento de correlações de dados acerca de suspeitos do cometimento de delitos; elaboração de perfis de suspeitos e projeção da ocorrência futura de determinados delitos; preparação de relatórios sobre dados e tendências criminais; realização de

apresentações para membros da instituição policial, da comunidade e de organizações externas; monitoramento da criminalidade e estabelecimento de programas preventivos, inclusive em parceria com outros órgãos do Poder Executivo local;

3.3.2. Condições gerais de realização das atividades de análise criminal

O analista deverá poder exercer suas atividades técnicas da maneira mais independente possível, formulando conclusões baseadas exclusivamente em convicção de caráter técnico-profissional; deverá exercer elevado grau de independência técnica na identificação e seleção de seus processos, métodos e técnicas de pesquisa; estabelecerá e manterá canais de comunicação direta com o público externo, outros servidores de órgãos do Poder Executivo local e membros de organizações policiais coirmãs, tudo no sentido de poder coletar informações criminais em proveito das atividades de análise; deverá ser capaz de redigir de maneira clara, organizada e correta quanto ao uso da língua; deverá ser capaz de desenvolver programas específicos de computação para utilização em projetos singulares de análise criminal.

3.3.3. Produtos resultantes do exercício das atividades de análise

Apresentações verbais sobre estatística criminal e tendências da criminalidade; produção de documentos (relatórios e boletins) sobre estatística criminal, incluindo em sua temática os suspeitos do cometimento de delitos e respectivo "*modus operandi*".

3.3.4. Atividades Específicas

Pesquisar, dar entrada e extrair informações utilizando um terminal de computador, ou micro-computador, de maneira a poder agregar e analisar estatísticas criminais, manter séries históricas de informação criminal e compilar boletins de criminalidade; selecionar, separar, arrumar e arquivar relatórios policiais, estatísticas criminais, boletins e artigos sobre o tema, de maneira pré-estabelecida, de modo a manter uma história da estatística criminal de eventos delituosos, podendo assim desenvolver as respectivas análises; produzir desenhos, gráficos, tabelas e mapas para ilustrar documentos representando padrões e tendências da criminalidade e respectivas conclusões estatísticas, tudo isso através de aplicativos de computação; observar, comparar e monitorar dados, incluindo relatórios departamentais e estatísticos gerados por computador, de maneira a poder checar a obediência aos métodos de produção de tais elementos aos padrões de análise criminal estabelecidos pela

instituição; inspecionar e monitorar os softwares dos microcomputadores utilizados assegurando-se de que estejam funcionando corretamente.

4. Conclusão

Percebemos quanto é salutar a troca de conhecimentos e inteligências, principalmente quando se visa a excelência na prestação do serviço público. Nota-se, em certas ocasiões, os alarmantes níveis de insegurança – para não codificar PERIGO – em que se vive na era atual. Desta forma, existem inúmeras ferramentas que podem assessorar a eficácia e a eficiência na busca de resultados reais com objetos e objetivos claros. Percebemos quão desgastantes são as lidas diárias com o tema “incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Percebemos que há muito se busca o desenvolvimento seguro da Segurança Pública no Brasil.

O tema Análise Criminal é uma das ferramentas na incansável busca da prevenção dos crimes e atos desumanos provocados por seres “racionais”.

Vimos, ainda, que a Polícia Militar do Estado de Goiás já está no caminho certo. Deu o primeiro passo para equacionar e maximizar seus recursos para a completa, eficiente e eficaz aplicação do erário público para a proteção do público-alvo – o cidadão.

Na Análise Criminal, a ferramenta Estatística corrobora a aplicabilidade dos meios para a obtenção de segurança, não para a indesejável, lamentável e equivocada “sensação de segurança”, pois o famoso “cliente-cidadão” não a quer. O cidadão quer segurança – no mais amplo e restrito sentido da palavra.

Nestas linhas, não se inventou nada. Apenas nos limitamos a focar os números para entender o processo de prevenir para não remedir, ou, o trabalho preventivo é o anseio daquele que, ao acionar 190 vê o repressivo policial tentar encobrir que falhou na sua missão constitucional de proteção às pessoas e aos patrimônios.

Enumeramos alguns fatores condicionantes do crime e da criminalidade, e, agora sugerimos como parte das soluções a aplicação da ferramenta *estatística* no combate à criminalidade.

Nossa Corporação já realiza um trabalho focado no estudo criminal, baseado na análise estatística criminal, através de seu órgão de operações estratégicas – CIOE. Tal Centro realizou estudo criminal do crime de homicídio (buscou o completo entendimento das circunstâncias que motivam ação humana de degradação do semelhante).

Apreendido o conhecimento acerca da ferramenta “Análise Criminal”, bom será, também, o processamento das tipificações mais cometidas pelos agressores sociais (haja vista que nos gráficos aqui apresentados, os crimes de furto a residência, roubo a pessoa e furto a comercial são os mais registrados), porque é certo que a vida é nosso maior bem tutelado,

mas igualmente é certo que o crime que mais incomoda o cliente-cidadão é voltar para a casa após o labor diário e, surpreendentemente, não encontrar seus patrimônios da forma que os deixou. Assim, entendemos que há reais possibilidades de se estreitar o trabalho preventivo utilizando-se a ferramenta estatística associada à tecnologia da rede mundial., isso como análise.

Na cidade de Goiânia-Go, existem realidades policiais militares que visam maximização do uso estatal na segurança pública – setorização, Unidades virtuais, diminuição do aparato administrativo, locação de viaturas, etc – e, também facilidades na divulgação dos dados criminais coletados pelo CIOE, que já as divulga para o Alto Comando da Corporação e alguns poucos comandantes de áreas circunscricionais, a pedido destes.

Na assertiva da obediência dos princípios que norteiam a carreira policial militar, sugestionar que os responsáveis por áreas e sub-áreas recebessem os dados de suas circunscrições, e aplicassem preventivamente seus efetivos conforme orientação de tais estudos, certamente ter-se-ia um equacionamento do aparato policial, inclusive com redução do custo e aumento do benefício na aplicação dos recursos do Estado.

Finalmente, a criminalidade cresce a partir da falência do Estado, e, o Estado cresce a partir da aplicação eficaz, eficiente, ampla, equacionada e maximizada de todos os recursos que se dispõe para que possa crescer. Não visa lucro senão o próprio benefício de seus entes. Não quer futurar, anseia apenas crescer com responsabilidade social e ter seus entes sociais com cidadania plena e irrestrita, sempre na tentativa de construção de um mundo bem melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, Cláudio. *Informação e desempenho policial*. Paper. UFMG, 2000

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Escrito por F. Engels em 1877. Publicado como folheto, em francês, em Paris (1880), em alemão, em Zurique (1882) e em Berlim (1891), e em inglês, em Londres (1892). Publica-se segundo a edição soviética de 1952, de acordo com o texto da edição alemã de 1891. Traduzido do espanhol.

MÁXIMO, Alexandre Alves. A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica para auxiliar a segurança pública no combate à violência. 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). PPGEP,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Melhoramentos dicionário da língua portuguesa, Melbocks, 2006.

Pelo espírito Deolindo Amorim – em Violências, Pena de Morte e outros Dramas de Celso Martins

Planilha Geral de Estatística da Polícia Militar de Goiás utilizada pelo CIOE – Out 2007.

RAO, C.R. Statistics: *A technology for the millennium Internal. J. Math. & Statist. Sci*, Vol. 8, No. 1, June 1999, 5-25.

Regimento Interno do Centro Integrado de Operações Estratégicas - CIOE

Saúde Brasil 2006. Uma análise da desigualdade em saúde. Ministério da Saúde, Brasília – DF

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2006 – Os jovens do Brasil

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2007.

Jus Navegandi – doutrina